

TRANSCRIÇÃO

Vídeo: Oitava: a conferência que auscultou o Brasil.

(<https://www.youtube.com/watch?v=zZAHdF0fNps>)

[00:00:03]

[Ulysses Guimarães]

E falando ao Brasil declaro promulgada o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil. Que Deus nos ajude e que isto se cumpra.

[aplausos]

[00:00:30]

[Mulher 1]

Era muita esperança, foi depois da ditadura muita gente voltou do exílio para enriquecer o nosso movimento.

[00:00:38]

[Homem 1]

Dizem que os anos 80, na parte econômica, era década perdida, mas na verdade foi a década ganha né, do ponto de vista da enorme participação política, da luta contra a ditadura e da superação da ditadura militar.

[00:00:50]

[Homem 2]

Era assim, me dá uma passagem porque a Associação das Costureiras entende de uma cidade do interior do estado do Ceará ou não sei o quê, um grupo de representação de gaúchos lá no interior do Rio Grande do Sul quer participar da Conferência.

[00:01:03]

[Homem 3]

Ela era uma Conferência Nacional, mas ela queria contar com um processo participativo muito grande, que começasse dos problemas vividos ali, no lugar onde as pessoas viviam para chegar a uma política nacional.

[00:01:21]

[Homem 1]

O que a população queria, o que a população brigava, ela queria um sistema que atendesse fundamentalmente suas necessidades, óbvio, que aquele.

E aí a gente não consegue ainda plenamente isso, mas é inegável que o SUS foi um avanço. Como Arouca gostava dizer, o SUS foi um processo civilizatório, uma conquista civilizatória da sociedade brasileira.

[00:01:40]

[Mulher 1]

Eu tenho certeza que as pessoas estão discutindo hoje, a questão do SUS no governo do golpista Temer. Eu tenho certeza que eles jamais souberam da oitava, jamais souberam que houve um movimento desse porte no Brasil e eles não estão nem um pouco interessados porque eles querem mesmo é privatizar.

[00:02:03]

[Mensagem escrita: Oitava: a Conferência que auscultou o Brasil]

[00:02:07]

[Música: Cantoria entoada por Joana, parteira leiga do estado do Maranhão]

Rodeando pelo o mundo, forasteiro e peregrino arrastando uma família sem ter bem certo destino, sem roupas, sem lar, sem pão, sem saber o que fazer, sem escola para os filhos aumenta mais o sofrer, assim o mundo não vai, não pode sobreviver, sem terra para cultivar e sem ter pão pra se comer, assim o mundo não vai.

[00:02:41]

[Mulher 1]

E a gente estava vivendo um momento assim glorioso, acabou a ditadura, né? Tancredo foi indicado, morre. Sarney assume e ele cumpre todos os compromissos que fez com Tancredo, ou seja, nomeia Ministro da Saúde, todos os ministros que seriam de Tancredo vão para o Sarney e a gente teve a feliz coincidência de ter no Ministério da Saúde, o Carlos Santana, PMDB da Bahia, Centrão, só que ele era casado com Fabíola de Aguiar Nunes, é que a Fabíola era comunista, foi para a Nicarágua na época que o Arouca foi, sabe, então ele cumpriu. O Santana chega pro Sarney e fala: - “olha para a Fiocruz eu vou nomear um comunista, mas é o melhor que tem, mas você não vai reclamar de mim nunca mais, se alguém te falar assim: ah, mas ele é comunista”.

Então começa ali naquele momento [e a gente] toda uma conjuntura pra gente poder trazer o SUS à tona porque essa discussão já vinha antes.

[00:00:57]

[Homem 2]

Você tem desde a década de 70, entende, em vários lugares do país você tem isso, em São Paulo, Ribeirão Preto, por exemplo, você tem isso em Minas, no Rio Grande do Sul, em Belém do Pará, em Pernambuco, na Bahia e você tem no Rio de Janeiro, particularmente no Instituto de Medicina Social da UERJ e na Escola Nacional de Saúde Pública, você tem grupos absolutamente insatisfeitos com a assistência no campo da saúde.

Particularmente na questão da assistência, o que você tinha? Você tinha assistência para a população sem poder aquisitivo, do ponto de vista da misericórdia, não só Santas Casas de Misericórdia, mas outros serviços gratuitos ou você tinha assistência dada pelo INAMPS, daqueles que tinham emprego formal que eram na verdade, muito poucos ainda no país.

[00:04:51]

[Homem 3]

Nós fomos construir juntos com as pessoas que viviam o cotidiano do posto de saúde do hospital, enfim, sem condições de fato de atender à necessidade, a discutir com essas pessoas o que deveria ser esse Sistema de Saúde, e claro, havia uma formulação conceitual que nós fazíamos dentro da saúde pública, saúde coletiva, medicina social, vários nomes que em cada universidade, além do movimento social, como Cebes, o Centro de Estudos Brasileiros para a Saúde e a Abrasco, criada em 79, que foi a Associação dos Programas de Pós-Graduação. O Cebes de 76 e Abrasco de 79 são respectivamente dez anos e pelo menos sete anos de construção, alta mobilização de uma construção crítica sobre o sistema vigente e de reformas necessárias que acabaram gerando uma proposta de um Sistema Único de Saúde.

[00:05:54]

[Mulher 1]

As Sétimas Conferências anteriores, a Sétima Conferência, elas foram feitas dentro da Câmara dos Deputados, então quem participava dela era médico e médico, nem enfermeira, médico, o médico decidiu o que era bom para mim e para a sua saúde e para a saúde do povo brasileiro. Aí o Arouca vai ter conversa com o Santana e o Santana falou: - “não, eu topo, eu quero participação popular sim, “vambora”. Agora como é que vai mobilizar o povo brasileiro para uma conferência que eles não sabiam do que se tratava, porque não sabiam nem que tinham existido as outras, né? Quanto mais uma oitava Conferência com participação popular.

[00:06:41]

[Homem 1]

50% dos delegados vieram da representação do Estado e 50% da chamada sociedade civil organizada. A questão era que sociedade civil era essa, né? Como é que se identifica as representações, né? Na medida em que a gente estava vivendo um processo turbulento de configuração, inclusive de uma série de entidades que estavam se desenvolvendo nesse processo.

[00:07:06]

[Mulher 1]

Na época estava passando uma novela, eu lembro que era o Aguinaldo Silva, que tinha o Cláudio Cavalcanti como padre da cidade e ele era um personagem bom pra nós, assim, fazia o bem, conversava com pobre, falava de saúde, falava de educação. Aí eu fui até ao Aguinaldo e pedi pra ele botar um cartaz que eu fiz na hora de cartolina, porque não tinha verba para divulgação, nada, isso o Arouca deixou claro. O Aguinaldo topou, eu fiz “8ª

Conferência Nacional de Saúde, participe!” e ele botou. Botou uma fala do Cláudio Cavalcanti falando com os fiéis, que procurassem o seu Sindicato, que procurassem as suas Confederações, que todos do Brasil que estivessem em alguma sociedade organizada, que tinha direito a ter delegado ou participar da 8ª conferência.

[00:08:13]

[Homem 3]

Nós formamos grupos de discussão e grupos de elaboração de propostas e saímos a muitos e muitos municípios, eu me lembro, a minha agenda de viagem ficou a intensíssima.

[00:08:28]

[Homem 1]

Começamos então a fazer as consultas e digamos assim, os contatos com um conjunto variado de entidades de representação da sociedade.

[00:08:36]

[Mulher 1]

O veículo mais fácil que nós tínhamos era o telex e às vezes a gente tinha que usar telegrama para convocar, então, quando as inscrições começaram, a gente, todo mundo, assim, começou a se assustar né, porque vinha Sindicato dos Pescadores do Ceará, Sindicato das Prostitutas de Belém do Pará, que todo mundo queria esse direito que a gente falava que tinha.

[00:09:05]

[áudio ao fundo com imagens de telegramas de confirmações de participações na Conferência]

[00:09:13]

[música e imagens dos participantes chegando na Oitava Conferência Nacional de Saúde]

[00:09:26]

[Homem 3 (fala durante a oitava Conferência)]

Nós temos a fome como um problema social extremamente sério, fruto de uma injusta situação social e econômica e a Conferência Nacional de Saúde precisa partir na formulação de suas propostas dessa dura realidade. Essa é a realidade que nós herdamos dos 20 anos que o autoritarismo e a autocracia fizeram desse país. Então, nós, no momento que estamos resgatando a dívida social, ou precisamos resgatar a dívida social, nós precisamos que esse resgate signifique também um resgate da saúde do povo brasileiro.

[00:10:03]

[Homem 3]

Eu recorro a vivacidade, a intensidade dos debates e o aparecimento de teses muito bem sustentadas conceitualmente, tomando experiências da social democracia que vigia, hoje não vige mais, países como o Canadá, países Nórdicos, a própria “National Health System” da Grã-Bretanha, aí você tinha exemplos e nós tropicalizávamos essas propostas e esses exemplos.

[00:10:37]

[Mulher 1]

98 grupos de trabalho, cada uma na sua sala e o pau quebrava, as plenárias eram completamente quentes.

[00:10:47]

[SERGIO AROUCA (durante a 8ª Conferência)]

Atenção povo brasileiro, atenção, atenção! Ganhou a proposta da suspensão do pagamento dos juros, por duzentos 268 votos contra 254 votos.

[00:11:07]

[Homem 1]

Se você perguntar, me perguntar se tinha uma definição clara de um modelo de sistema que se queria? Não. É claro que os princípios, de uma certa forma, eles foram colocados em discussão, os princípios da universalidade do sistema, ou seja, a saúde como um direito da cidadania, como um dever do Estado, isso muda radicalmente a concepção de saúde que era colocado até então, né? Um sistema universal, integral e descentralizado, enfim, alguns elementos importantes que foram colocados como teses referenciais de discussão.

É claro que isso passa também por uma discussão sobre o conceito de saúde, né? O conceito ampliado de saúde que foi também colocado, plasmado, nesta discussão, eu lembro que teve uma das conferências, que o próprio Arouca fez, onde esse foi o elemento central, como que a gente entendia a saúde, né? Não como uma questão fundamentalmente da assistência, mas a saúde como uma, como se diz, um modo de andar a vida, né? A saúde relacionada à maneira como se organiza a produção na sociedade, a saúde como as pessoas moram, a saúde como as pessoas têm acesso aos bens de uma maneira geral, a saúde relacionada às condições ambientais, a saúde relacionada ao lazer, à segurança.

[00:12:26]

[SERGIO AROUCA (discurso durante a 8ª Conferência)]

Que as pessoas tenham mais alguma coisa do que simplesmente estar doente, que tenham direito à casa que tenham direito ao trabalho, que tenham direito a um salário condigno, que tenham o direito à água, que tenham o direito a vestimenta, que tenham direito à educação, a ter informações sobre como se pode dominar esse mundo e transformá-lo, que tenham direito o meio ambiente que não nos seja agressivo, mas pelo contrário, que permita a existência de uma vida digna e decente, que tenham direito a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização, a livre

possibilidade da autodeterminação de um povo, e que não esteja todo o tempo submetido ao medo da violência, daquela violência resultante da miséria que resulta no roubo e no ataque, que não esteja também submetido ao medo da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que seja mantido interesses que não são os interesses do povo.

[00:14:01]

[Homem 2]

Para nós hoje falar em reforma sanitária é banal, é igual falar em qualidade de vida, todo mundo acha que -não, qualidade de vida foi um conceito forjado, tende ao longo dos anos, é trabalhado, essa amplitude, a incorporação de outras disciplinas na constituição desse mesmo conceito - mas hoje para nós é banal, tanto quanto reforma sanitária não era banal!

Colocar a reforma sanitária na Comissão Nacional já foi um ganho político, foi um ganho político e essa comissão que é consequência da 8ª Nacional, ela tem uma característica extremamente importante e fundamental daquilo que nós temos hoje na Constituição, ela incorpora no debate o setor privado que não tinha participado, tinha se negado a participar da 8ª Conferência e tinha tentado fazer uma conferência paralela frustrada em São Paulo. Não conseguiu, tentou, mas não conseguiu e nesse momento você tem a Confederação Nacional da Agricultura, da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, você tem a Federação Brasileira de Hospitais, que era representação do setor hospitalar privado e assim por diante, junto com o que, Central de Trabalhadores, junto com Abrasco, com Cebes, e assim por diante, é um elenco de instituições, o que permitia um debate, e permitia fazer-se política da forma mais ampla possível, ou seja, colocando o contraditório sobre a mesa. O relatório que sai dessa comissão, que usa o relatório da 8ª Conferência como sua base, é apresentado a Assembleia Nacional Constituinte em 1987.

[00:15:47]

[Sergio Arouca (discurso durante a 8ª Conferência)]

Existe uma discussão que é uma discussão muito séria, que atrás disso que nós estamos dizendo é o seguinte, se a saúde é ou não é um direito da pessoa humana e por ser direito da necessidade da pessoa humana, deve corresponder um direito e esse direito deve ser defendido, e ao ser o brasileiro uma pessoa humana, deve corresponder ao brasileiro o direito à saúde. Se a saúde é um direito a quem cabe garantir esse direito?

[00:16:22]

[Homem 1]

É claro que essa estrutura legal é fundamental, mas ela não assegura tudo, tanto que a luta para torná-lo realidade como um sistema universal descentralizado, com equidade e etc. Ela continua. já foi um avanço significativo, mas tem muitos problemas ainda, estes problemas começam inclusive nos anos 90, os anos 90 são os anos da consolidação do neoliberalismo no Brasil, com a eleição do Collor em 90 e depois Fernando Henrique em 94, né?

E um componente importante para que se consolide sistema de saúde é exatamente o financiamento, vou dar um exemplo e nós fomos de uma certa forma perdendo as propostas que dariam digamos assim uma coerência a você ter um financiamento do sistema compatível com o sistema universal, né? Então, nós perdemos na questão da seguridade social, que colocava um percentual significativo 30% do orçamento da saúde na seguridade social. Perdemos uma parte da emenda constitucional, que definia um percentual no nível federal, de 10% da receita corrente bruta, de tal maneira que hoje é, nós temos um sistema universal, mas com um financiamento que não é compatível com essa universalidade.

[00:17:46]

[Homem 3]

A materialização da saúde como direito é um processo que custa caro, a sociedade decidiu assim, mas muitos governos rechaçam isso, não oferecendo os recursos financeiros necessários para que você tenha uma oferta adequada, ainda mais no momento em que se complexificam os diversos instrumentos que a saúde tem, o sistema de saúde, as tecnologias de saúde existentes para serem oferecidas.

[00:18:22]

[Homem 1]

Se você pega a soma que nós gastamos, que o país gasta em saúde e educação juntos em relação ao orçamento geral da união, passa um pouco mais de 6%, é uma vergonha e 48% é comprometido com a dívida, com a dívida pública, só pra ter uma ideia, então na verdade, isso é importante inclusive para trazer a discussão para a crise que nós estamos vivendo hoje, essa crise que leva ao golpe e que de uma certa forma um dos pilares de sustentação do discurso do governo golpista é a contenção do déficit público, ou seja, o Estado não pode gastar mais do que arrecada e é verdade, mas trata isso como um exemplo, sempre dá o exemplo da dona de casa. A dona de casa sabe muito bem gerenciar o seu orçamento doméstico, porque o que ela gasta não pode ser mais do que ela, mais que a renda da família aporta, como se a economia política fosse isso, é uma questão de opção onde você, se você tá chegando de fortunas, por exemplo, você tem um aporte significativo dentro do orçamento, se você enfrenta a renegociação da dívida pública, você tem aporte significativo para a social, mas eles trabalham na contramão de tudo isso.

[00:19:39]

[Homem 2]

Nós sabíamos que este era um processo de longo curso, você não muda, entende? Algo e na abrangência como se colocou o conceito de saúde e a responsabilidade do Estado brasileiro pela saúde dos brasileiros e brasileiras tende de uma hora pra outra e isso é um processo de longo curso.

Quando se analisa isso, se usa uma figura de retórica que é o copo d'água, então se pergunta, nós enchemos o copo até a metade ou o copo foi esvaziado até metade? Nós temos meio copo ou nos foi retirado meio copo? Eu vejo que nós chegamos ao meio copo,

né? Com a proposta, com as experiências, com o que você vê hoje de resultados do Sistema Único de Saúde neste país inteiro.

Quando você pensa que nós temos mais de 3 bilhões de procedimentos ao ano à disposição da população, quando você vê que os transplantes cardíacos, né? Os riscos de outra ordem são feitos pelo setor público, que ele financia a maioria dos leitos hospitalares por esse país, de que projetos como a Aids e outros tantos, são absolutamente bem sucedidos e exemplares para mundo inteiro, sem dúvida nenhuma nós enchamos metade deste copo.

O que está colocado hoje é o risco do esvaziamento disso, entende? É a retirada dessa dimensão da solidariedade e da responsabilidade do Estado pela saúde lato sensu nessa dimensão maior da prevenção até a promoção, entende dos cidadãos e cidadãs brasileiras.

[00:21:23]

[Homem 3]

Você arrancar de um sistema que não era baseado em direito e que as pessoas eram atendidas em casas de caridade, como foi muitos nos anos 70 e 80, para um sistema público baseado em direito, com universalidade, equidade, qualidade e integralidade, é um desafio espetacular e eu acho que realizamos em boa parte aquilo que foi sonhado, agora como não é bom viver sem sonho, continuamos sonhando com uma qualidade cada vez melhor para este sistema, com uma integralidade efetiva, com uma qualidade, com uma equidade, que é uma das questões importantes que estão ainda por ser alcançada.

[00:22:12]

[Homem 1]

É uma briga permanente, eu acho que a perspectiva de a gente conseguir reagir a isso, existir e seguir no caminho da consolidação do sistema efetivamente universal público, descentralizado, com a participação social, que atenda os interesses da população, ele está ancorado, na minha opinião, na perspectiva da luta política, da luta dos conjuntos da sociedade, este é o elemento central, sem ele a gente perde.

[00:22:39]

[Mulher 1]

Eu ainda acredito Pedro, eu ainda acredito, porque senão eu perco a minha utopia, né? E é tão bom você ter uma utopia na vida, quero perder não.